

Anais da Assembléia

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 19 DE SETEMBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur
1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima
2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reihardt
1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato
2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)
3.º SECRETÁRIO — David Federmann
4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielise Crisostomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.).

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni
VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)
Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel
Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo
VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)
Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva
VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)
Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo
VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)
João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)
REUNIÕES — As terças-feiras
SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza
Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho
VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)
Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Alvaro Dias (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)
SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto
VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)
Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)
Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 171.ª Sessão (Extraordinária) Realizada em 19 de setembro de 1973 — (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Iris Caldart e Rosário Pitelli.

As 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Armando Queiroz — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quilse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Emílio Carazzai — Francisco Escorsin — João Fadel e Nelson Buffara (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**, destinada à apreciação de Vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 40 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 210-73, Veto aposto ao Projeto de Lei n.º 14-73, de autoria do Dep. Quilse C. da Silva, que concede pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros) ao ex-Expedicionário Teodoro Antunes. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. — Em discussão.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela Ordem) Sr. Presidente requeiro a verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

Responderam à chamada nominal 24 Srs. Deputados. Há número para prosseguimento da Sessão.

Continua em discussão a Proposição n.º 210-73. Encerrada a discussão. — Em votação. — **Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 20, quinta-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 211-73.
Levanta-se a Sessão.

3.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura Ata da 172.ª Sessão Ordinária Realizada em 19 de setembro de 1973 — (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Alvaro Dias.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Armando Queiroz — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Quilse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (40); achando-se ausentes os Srs. Deputados Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Emílio Carazzai — Francisco Escorsin — João Fadel e Nelson Buffara (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a **SESSÃO**

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Sob os n.ºs. 245 e 246-73, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **SANCIÓNADO** os Projetos de Lei n.ºs:

200-72 — do Senhor Deputado Francisco Escorsin que retifica o Artigo 1.º da Lei n.º 6.115, ficando declarada de utilidade pública, a Sociedade Instrutiva de Basílio Grande, com sede na cidade de Prudentópolis, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.450 — **Agradeça-se.**

125-72 — oriundo de Mensagem Governamental sob o n.º 33-72, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva doar à Companhia de Telecomunicações do Paraná, o imóvel que especifica, situado em Calobá, Município de Matinhos, o qual convertido em Lei tomou o n.º 6.451. — **Agradeça-se.**

TELEGRAMA: — Do Senhor Senador Ruy Santos, Primeiro Secretário do Senado Federal, nos seguintes termos:

Comunico Vossa Excelência que vg em Sessão realizada 6 de agosto ultimo vg foram eleitos vg respectivamente vg Presidente e Primeiro Vice-Presidente Senado Federal vg os Senadores Paulo Torres e Antonio Carlos Konder Reis pt Atenciosas Saudações. — Ao conhecimento da Casa.

CONVITE: — Da Associação dos Professores Licenciados do Paraná, formulando, através o Presidente da Comissão Organizadora, convite aos Senhores Deputados para a abertura solene e pública, do Simpósio do Estatuto do Magistério do Paraná a realizar-se no dia de hoje, às 21 horas, no Salão Nobre do Colégio Estadual do Paraná. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, vem na forma regimental e após ouvido o Plenário, requerer seja consignado um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor SALVADOR BELOTTI, membro de tradicional família paranaense e progenitor do Senhor Denísio Belotti.

Outrossim, requer mais seja dado ciência à família enlutada, residente à rua José de Alencar n.º 1541, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1973.

(a) — Antônio Costa

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requer:

Considerando que o fornecimento de água na cidade de Cascavel, após a CANEPAR haver assumido os serviços deste setor, está a causar verdadeira calamidade pública e a situação insustentável, onde durante vários dias os Hospitais, Hoteis, residências e usuários em geral ficam completamente sem abastecimento, não obstante injustificável elevação da taxa;

Considerando que, anteriormente isto não acontecia, ou seja, quando tal serviço era da responsabilidade da Prefeitura Municipal;

Seja enviado apelo aquele Órgão no sentido de que determine providências urgentes e inadiáveis no sentido de que se regularize o fornecimento de água aos usuários, ou sendo impossível, se devolva ao Município a condição e possibilidade de fazê-lo.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1973.

(a) — Iris Caldart

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1 — os amplos esclarecimentos que vem sendo prestados por dirigentes do Tribunal de Contas à autoridades municipais e estaduais com o objetivo de facilitar o cumprimento de normas legais por parte destas autoridades;

2 — os benéficos resultados alcançados com este tipo de atividade;

3 — o interesse sempre demonstrado por esta Casa em acompanhar iniciativas que visem o bem comum do povo paranaense,

Requeiro, regimentalmente, a expedição de convite ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para proferir palestra nesta Assembleia Legislativa a respeito das atividades do órgão, em Sessão especialmente destinada para este fim e em data a ser convencionada pelo convidado.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1973.

(a) — Maurício Fruet

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário:

Considerando a auspiciosa notícia, nesta data divulgada, segundo a qual foi liberada pelo Ministério da Justiça, verba de 4,6 milhões de cruzeiros, para a construção no interior do Estado de uma penitenciária;

Considerando o fato da grande densidade populacional no Oeste, Sudoeste e Noroeste paranaense, a distância da Capital e quase inexistência de Cadeias Públicas nas cidades daquelas regiões;

Considerando que o Município de Cascavel se propõe a doar uma área de terras necessária e suficiente aquele fim, requer, seja enviado apelo ao Exmo. Senhor Secretário do Interior e Justiça no sentido de que volte suas atenções, dando preferência, a que tal Penitenciária seja construída naquele Município, pois viria de encontro a solução de um grande problema com expressiva economia, inclusive, aos cofres públicos estaduais, além de atender a solução de outros inúmeros interesses.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1973.

(a) — Iris Caldart

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 205-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Espírita Amor e Caridade, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 1973.

(a) — Iris Caldart

JUSTIFICATIVA:

Visamos com o presente Plano de Lei, contemplar a Sociedade Espírita Amor e Caridade, declarando-a como de utilidade pública, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Cascavel, desde a data de sua fundação, 8 de agosto de 1962, conforme documentação que a este anexamos.

PROJETO DE LEI N.º 206-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarado de Utilidade Pública, o Instituto Social Educativo e Beneficente Novo Signo, com sede na cidade de Londrina.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1973.

(a) — Olavo Ferreira

JUSTIFICATIVA: — O Instituto Social Educativo e Beneficente Novo Signo, da cidade de Londrina, desenvolve profícuo trabalho assistencial e cultural naquele Município, gratuitamente. Já foi declarado de utilidade pública pelo Poder Municipal e Federal. Junto que esta Casa de Leis também lhe concede este reconhecimento, habilitando-o assim aos benefícios legais decorrentes. Esperamos contar com o apoio de nossos Nobres Pares a este Projeto.

Anexo: Estatutos

Documentos comprobatórios das atividades.

PROJETO DE LEI N.º 207-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar "Prof. Altair Mongruel" um estabelecimento de ensino do Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1973

(a) — Antônio Lopes Júnior

JUSTIFICATIVA:

Altair Mongruel foi um professor modelo em Ponta Grossa. Fundador da Escola Técnica de Comércio Pontagrossense, fez desse estabelecimento de ensino uma ardente chama do ideal de ensinar. Exerceu o magistério em todos os graus, formando milhares de homens e mulheres que hoje exercem os mais variados cargos, enaltecendo o nosso Estado e a nossa Pátria.

Altair Mongruel exerceu o magistério por amor e com amor, constituindo-se, por esse motivo, em verdadeiro paradigma do mestre. Merece, por isto, esta homenagem, por certo, não lhe será negada pelos Senhores Representantes do povo paranaense.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Iris Caldart.

O SR. IRIS CALDART — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa curitibana de hoje, divulga notícia que consideramos bastante auspiciosa, bastante produtiva e portanto de grande interesse para o nosso Estado. Trata-se da estada do Exmo. Sr. Governador do Estado na Capital do País, alinhando uma série de providências para a solução de inúmeros e cruciantes problemas relacionados com o nosso Estado e, de um modo geral, destacamos a sugestão do Sr. Governador do Estado com referência à construção do Itaipu, quando S.Exa. opina e sugere que se deva incrementar o desenvolvimento das cidades do Oeste da micro-região, na área limítrofe da construção daquela hidrelétrica, outrossim no setor rodoviário, no setor da agricultura enfim, em diversos setores da atividade administrativa no que concerne à responsabilidade e a presença do Governo do Estado, e do Governo Federal, aqui no Estado do Paraná.

Srs. Deputados, se por um lado, nós da oposição nos sentimos um tanto acábrunhados, nós sentimos frustrados por aquilo que entendemos, através da manifestação, através do discurso do Exmo. Sr. Gal. Ernesto Geisel, pelo qual não se vislumbra perspectiva de uma abertura política num próximo futuro, de outro lado nos alegamos com a atitude e a ação do Sr. Governador do Estado que ao que nos parece vem firmar a ala civil no Poder, na atuação governamental do Estado que, efetivamente um homem do povo tem condições de governar o seu Estado, de concretizarem as reivindicações, o encaminhamento das soluções dos problemas, nós teremos consagrados na vida pública do nosso País, como demonstração evidente e fiel de que os políticos tem condições de administrar seus Estados e a sua Nação. Portanto, registramos um voto de confiança, como homem de oposição, um voto de regozijo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, por este empreendimento, por esta atitude corajosa e pela eficiência no encaminhamento da solução desses graves problemas, como também ter conseguido o Sr. Governador do Estado a liberação de uma verba, de 4,6 milhões de cruzeiros, destinados ao nosso Estado, para a construção de uma Penitenciária tipo misto no interior do Estado. É uma medida extraordinária, fabuloso, que realmente o nosso Estado se resente. Formulamos um Requerimento aqui dirigido ao Exmo. Sr. Secretário do Interior e Justiça para que considere a Região Oeste, Sudoeste e Noroeste, como pontos essenciais, como sendo aquela Região do Estado que mais necessita deste benefício; especialmente porque naquela Região, não existem cadeias públicas; porque aquelas regiões são as que estão situadas mais distantes da Capital.

Entendemos de justiça que esta Penitenciária venha a ser construída num ponto central daquela Região, especialmente a cidade de Cascavel, que é geograficamente a cidade central que fica entre o Sudoeste o Nordeste e no centro do Oeste do nosso Estado. Pediríamos aos Srs. Deputados que nos dessem apoio para este Requerimento. Da mesma forma que reclamamos junto à SANEPAR através de um outro Requerimento, para que dê solução ao crescente problema da falta de água na cidade de Cascavel.

Até o ano passado, o serviço de águas daquela cidade era explorado pela Prefeitura Municipal e não faltava água às famílias, aos usuários, aos hospitais, aos hotéis de Cascavel. Depois que este serviço passou a ser explorado pela SANEPAR, chega a ficar um hospital, uma semana sem água; não obstante as taxas terem sido elevadas à ordem de 60%.

Pedimos aos Srs. Deputados, o apoio a esses nossos dois Requerimentos.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrado o Pequeno Expediente. Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Com satisfação nós acabamos de ouvir neste instante a palavra do ilustre Deputado da Oposição, Deputado Iris Caldart; oposição esta que faz parte nesta Casa no sentido construtivo e que vem demonstrar a personalidade e o caráter deste homem público, que representa a Região Oeste paranaense não deixa, nos momentos certos, de elogiar e de manifestar o seu apoio total à atitude do Sr. Governador Emílio Gomes ao incentivar a construção de estradas, e projetos da construção de uma Penitenciária Agrícola assim como outras atividades dentro de seu programa governamental.

Sr. Presidente, desejamos, nesta oportunidade, agradecer de público a acolhida e a atenção que nos foi dispensada pelo Sr. Prefeito Municipal de Terra Roxa, Sr. José Teixeira Filho, quando da visita que fizemos na semana passada àquela cidade, onde realizamos alguns trabalhos de cunho puramente religioso. Lá pudemos observar a maneira pela qual este homem público

vem dando ao seu Município uma nova feição administrativa. Interessado como está no programa do progresso daquela Região, tudo tem feito o Sr. Prefeito a fim de que, no final de seu mandato tenha a consciência tranquila de quem serviu, e serviu bem, a comunidade que o elegeu por quatro anos para administrar aquela cidade tão progressista do rincão paranaense.

Nossos sinceros agradecimentos ao Sr. Prefeito e aquele povo que com tanta simpatia nos recebeu.

Naquele contacto tivemos a oportunidade de evitar que mais de duzentas famílias deixassem o Paraná e fosse residir no Acre, Rondônia ou outro Estado da Federação Brasileira e conseguimos que eles permanecessem porque confiamos no Governo Federal, confiamos no Governo Estadual, confiamos nas administrações municipais e no esforço que fazem em conjunto para que o Paraná volte a ganhar aquele ritmo de desenvolvimento e que infelizmente esteve estagnado por algum tempo.

Mas, Sr. Presidente, o que nos traz aqui hoje, além destas observações que fizemos, destê aplauso ao ilustre Deputado Iris Caldart e também das nossas manifestações de agradecimentos pela recepção que tivemos em Terra Roxa, o que nos traz aqui, como homem público e também como homem que vive no setor econômico e no setor de finanças é o seguinte. Somos obrigados a ler constantemente revistas, jornais, publicações, livros, tudo aquilo que diz respeito ao mundo econômico. Assinamos uma revista que fala exatamente sobre tais assuntos no País, assuntos de profundidade e de interesse para todos aqueles que são dados a este tipo de atividades e estudos.

Sr. Presidente, no entanto fazemos críticas, lamentavelmente, a esta edição do mês de agosto — não sei de quem é o artigo, quem é seu autor — mas fala sobre o café, chave para o mercado africano.

Lembramo-nos perfeitamente, Sr. Presidente, quando desta mesma Tribuna, há dez anos passados, quando o Brasil estava no auge da sua produção, com cerca de 28 a 30 milhões de sacas de café, e o Paraná dando a sua participação efetiva com 21 milhões de sacas, dizíamos que, já naquela época, a África apresentava uma verdadeira ameaça para esta nossa fonte de riqueza, a cafeicultura. Já fazíamos uma previsão do que seria a África no futuro, que dentro de breves anos produziria, certamente, 25 a 30 milhões de sacas de café em condições operacionais diferentes daquelas existentes no Brasil. mão de obra baratíssima, uma qualidade de café inferior, fácil para a fabricação do solúvel e para consumo interno, seria a África um verdadeiro espantalho para esta grande fonte de divisas do Brasil.

Mas, nossos brados de alerta, infelizmente, nunca chegaram ao Governo Federal, mas fizemos questão de que eles ficassem registrados nos Anais desta Casa. E, na época, até profetizávamos que iríamos importar, dentro em breve, café da África, ou de outros países, como já chegamos a importar borracha, feijão, manteiga, e até madeira — porque o reforestamento não se faz da noite para o dia — e tantos outros produtos. Tantas observações, tantos pronunciamentos foram feitos nesse sentido, com o intuito de colaborar com as nossas autoridades, alertando-as sobre o grave problema que ameaçava a nossa economia.

Entendo que nós Deputados, homens públicos do Paraná, deveremos nos conscientizar desta situação; tendo à frente um homem que acabou de fazer desta Tribuna, de prestar a S. Exa. um elogio, um voto de regozijo e de confiança. Deveremos sensibilizar S. Exa. que é um homem da área civil, que é interiorano, muito bem lembrado desta Tribuna pelo nobre Deputado Olavo Ferreira, para que se lembre dos homens do interior. Deveremos sensibilizar S. Exa. para que atente para esta situação de assistência, de amparo à produção. Porque o nosso Estado precisa de ajuda, sabendo-se ainda que a grande maioria dos paranaenses está na zona rural.

Felicitto-me com V. Exa. por esta manifestação da Tribuna, como também não tive oportunidade como o Deputado Olavo Ferreira, de fazer um apelo para que os homens desta Assembleia, os Srs. Deputados, homens públicos se conscientizassem de que o Estado do Paraná é um Estado eminentemente agrícola e que nós deveremos esquematizar, estruturar, de fundar uma política agrícola e rural neste Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que o nobre orador dispõe de três minutos para terminar sua oração.

O SR. MUGGIATI FILHO — O aparte de V. Exa., nobre Deputado Iris Caldart, veio ilustrar este modesto arrazoado que estamos procurando fazer da Tribuna. Apenas gostaria de esclarecer que não estamos reclamando somente a distribuição, mas sim a retirada deste estoque do Município, sem que existe uma comunicação aos interessados de modo a satisfazer e a evitar o surgimento de um problema como o que realmente poderá surgir, uma vez que os lavradores do Município estão revoltados com o sucedido.

Para concluir, gostaríamos de nos servir do argumento de V. Exa., nobre Deputado Iris Caldart, para acentuar que desde o Governo do eminente Professor Parigot de Souza foi anunciado um plano de desenvolvimento agro-industrial para o Estado do Paraná e que realmente poderá, se executado e levado a efeito, trazer a solução almejada para a economia do Paraná. A nossa Bancada tem conhecimento dos problemas econômicos e de todos os problemas que interessam ao bem comum em nosso Estado, acima de todo e qualquer interesse político partidário.

Por isso faço meu o apelo de V. Exa. e, acredito, de toda nossa Bancada. Fica aí, Sr. Presidente, o encaminhamento deste apelo formulado ao Sr. Governador do Estado, que visa evitar que um problema abruptamente criado pela Café do Paraná em Arapongas possa dar consequências cujo resultado não podemos aquilatar neste momento. Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Esta Presidência tem a grata satisfação de anunciar a presença, em Plenário, do Sr. José Teixeira Filho, Prefeito Municipal de Terra Roxa; Sr. José Afro Filho, Prefeito Municipal de Santa Inês; Sr. Carlos Guimarães, Prefeito Municipal de Moreira Sales e do Sr. Geraldo Cartário, Vereador de Mandrituba.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — (Pela Ordem). Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, porque estamos com 17 Projetos para serem discutidos e votados hoje.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere a questão de ordem do Sr. Deputado Domício Scaramella.

(O Sr. 1.º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados). Responderam à chamada nominal 27 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da Sessão.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente. — Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 3-72, de autoria do Dep. Maurício Fruct, que denomina "Deputado Olívio Belich", um dos Grupos Escolares desta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 29-73, de autoria do Dep. David Federmann, que declara de Utilidade Pública a "Associação Colégio dos Anjos", da Cidade de Pirai do Sul. Parecer favorável da C.C.J., com **SUBSTITUTIVO GERAL E EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, pelo Substitutivo Geral.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 28-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 90-73, que aprova os convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação, este, através do Instituto Nacional do Livro e do Departamento de Educação Física e Desportos, visando aquisição de livros e cumprimento de programas de Educação Física. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com **SUBSTITUTIVO — EM REGIME DE URGÊNCIA** — **Aprovado, com Substitutivo, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 33-73, de autoria do Dep. José Muggiati Filho, que transfere ao Departamento Legislativo, a Seção de Autografia e suprime o item VII, do Artigo 23 do Regimento Interno. Parecer favorável da C.C.J., com **SUBSTITUTIVO — EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, com Substitutivo, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 42-73, ex-Proposição n.º 119-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná e a Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), objetivando execução de programas de alfabetização, no corrente ano. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P., com **SUBSTITUTIVO — EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, com substitutivo, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 89-72, de autoria do Dep. Wilson Fortes, que autoriza o Poder Executivo criar um Curso Científico, no Ginásio Estadual do Município de Santa Izabel do Ivaí, para funcionar no próximo ano letivo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 147-72, de autoria do Dep. Aryzone Araújo, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Francisco Beltrão a Salgado Filho. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 186-72, de autoria do Dep. Jorge Sato e do Deputado Lázaro Dumont, que autoriza o Poder Executivo estadualizar a Escola Paroquial São Vicente Palotti, da Cidade de Mandaguari. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 78-73, de autoria do Dep. Gilberto Carvalho, que dá nova redação e acresce de Parágrafo que especifica, ao Artigo 3.º, da Lei n.º 5.926, de 22-4-69. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 106-73, de autoria do Dep. Gabriel Manoel, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Japira, os tratores que especifica, pertencentes a Secretaria de Agricultura e considerados inservíveis. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 127-73, de autoria do Dep. Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Campo Largo, os tratores que especifica, pertencentes a Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 212-72, de autoria do Dep. Aryzone Araújo, que autoriza o Poder Executivo transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga o município de Marmeleiro no Estado do Paraná, ao Município de Campo Erê, no Estado de Santa Catarina. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 212-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho situado no Estado do Paraná da estrada que liga o município de Marmeleiro ao de Campo Erê, no Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em... de novembro de 1972.

Dep. Aryzone Mendes de Araújo

JUSTIFICATIVA:

A estadualização do trecho de estrada que liga o município paranaense de Marmeleiro a Campo Erê, em Santa Catarina, apresenta, sem dúvida, inegáveis benefícios para o nosso Estado, pois, oferecendo uma opção de trânsito para diversos municípios catarinenses, em muito auxiliará o comércio e a economia em geral da região limítrofe paranaense.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 212-72

AUTOR: Dep. Aryzone Mendes de Araújo

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a transferir, para o D.E.R., para efeito de conservação e melhoria, trecho de estrada que liga o Município de Marmeleiro ao de Campo Erê, no Estado de Santa Catarina.

P A R E C E R

1 — O projeto vem tendo tramitação normal, tendo sido obedecidos, quando de sua apresentação, os dispositivos concernentes do Regimento Interno.

2 — Tratando-se de medida oportuna, consubstanciada na forma de uma mera autorização legislativa, não vemos qualquer óbice que se lhe possa antepor.

3 — Somos, portanto, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 4-4-73

(Assinatura Ilegível) — Presidente e Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 212-72

AUTOR: Deputado Aryzone Mendes de Araújo

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho situado no Estado do Paraná, da estrada que liga o Município de Marmeleiro ao de Campo Erê, no Estado de Santa Catarina.

P A R E C E R

O nobre Deputado Aryzone Mendes de Araújo, apresenta Projeto de Lei visando autorizar o Poder Executivo a transferir para o Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de conservação e melhoria, o trecho situado no Estado do Paraná, da estrada que liga o Município de Marmeleiro ao de Campo Erê, no Estado de Santa Catarina.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça já pronunciou-se pelo acolhimento do Projeto.

Quanto ao aspecto financeiro que a esta Comissão cabe examinar, não vemos, por se tratar de uma mera autorização legislativa, qualquer óbice que se lhe possa antepor.

Assim sendo, pela **APROVAÇÃO** da medida pleiteada.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 24-4-73

(Assinatura Ilegível) — Presidente

Deputado Alvaro Dias — Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 212-72

AUTOR: Aryzone Araújo

SÚMULA: Autoriza o P.E. transferir ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, o trecho de estrada que liga Marmeleiro no Paraná a Campo Erê em Santa Catarina.

1 — Com o presente plano de lei pretende o nobre Deputado Aryzone Araújo, autorizar o Poder Executivo transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, a conservação e melhoria do trecho situado no Estado do Paraná, da estrada que liga o Município de Marmeleiro no Estado do Paraná, a Campo Erê no Estado de Santa Catarina.

2 — A proposição obteve parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

3 — a justificativa que acompanha a supra dita proposição nos convenceu da sua oportunidade, pelo que somos pela sua **aprovação**.

E o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 12-6-73

Antônio Borsari Netto — Presidente

Aginaldo Pereira Lima — Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43-73, de autoria do Dep. Quielse C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo passar à responsabilidade do D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga as sedes dos Municípios de Itaguapé e Colorado. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — **Aprovado**

PROJETO DE LEI N.º 43-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a passar para o D.E.R. a conservação da estrada que liga Itaguapé a Colorado.

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a passar para a responsabilidade do D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do município de Itaguapé à sede do município de Colorado.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em...

Dep. Quielse Crisóstomo da Silva

JUSTIFICATIVA:

A estrada é de grande importância econômica para ambos municípios, e os mesmos não têm condições para conservá-la adequadamente. Daí a razão desta iniciativa.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 43-73

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo transferir para a responsabilidade do D.E.R., a estrada que liga a sede do Mun. de Itaguapé à de Colorado.

P A R E C E R

F) — Conforme justifica o autor do Projeto, Deputado Quielse Crisóstomo da Silva, a estrada objeto deste Plano de Lei é de grande importância econômica para os municípios confrontantes.

II) — A iniciativa do Projeto é justa, oportuna, sendo o nosso parecer favorável à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 2-5-73

(Assinatura Ilegível) — Presidente

(Assinatura Ilegível) — Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 43-73

Tem por finalidade a proposição em exame, de autoria do ilustre Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, autorizar o Poder Executivo a passar para o D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do município de Itaguagé a sede do município de Colorado.

Referida proposição está em condições de ser aprovada, do ponto de vista financeiro.

Sala das Comissões, em 15 de maio de 1973.

(Assinatura Illegível) — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

(Assinaturas Illegíveis)

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 43-73

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a passar para a responsabilidade do D.E.R., a conservação da estrada que liga Itaguagé a Colorado.

I — O Projeto em exame já recebeu parecer favorável nas Comissões de Justiça e Finanças.

II — Compete a esta Comissão o estudo de todas as questões relativas às obras e viagem públicas.

Sendo de grande interesse econômico para o Estado, nada mais justo que o D.E.R. mantenha essa rodovia em perfeito estado de conservação, devido a capacidade técnica de que dispõe e para auxiliar os municípios interligados pela mencionada estrada.

Nosso parecer é favorável a aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 12-6-73

Antônio Borsari Netto — Presidente

(Assinatura Illegível) — Relator

(Assinaturas Illegíveis)

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 62-73, de autoria do Dep. Quielise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria dos Transportes, proceder, asfaltamento da rodovia que liga a sede do Município de Colorado à Rodovia PR-71, passando pelos Municípios de Nossa Senhora das Graças, Guaraci e Jaguapitã. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 62-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a proceder a ligação Asfáltica entre Colorado e Rodovia PR-71.

Art. 1.º) — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder, através da Secretaria dos Transportes, o asfaltamento da Rodovia que liga a sede do Município de Colorado à Rodovia PR-71, passando pelos Municípios de Nossa Senhora das Graças, Guaraci e Jaguapitã.

Art. 2.º) — As despesas decorrentes desta Lei, correrão à conta da Verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º) — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em...

a) Quielise Crisóstomo da Silva — Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA:

A Rodovia que objetivamos seja asfaltada com o presente Projeto de Lei, atravessa uma das mais ricas regiões do Norte Paranaense, sendo, portanto, de grande valia para a população dos municípios mencionados no Projeto.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARACER AO PROJETO DE LEI N.º 62-73

1 — Visa o presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, autorizar o Poder Executivo, através da Secretaria dos Transportes, a proceder o asfaltamento da rodovia que liga a sede do Município de Colorado à rodovia PR-71, passando pelos Municípios de Nossa Senhora das Graças, Guaraci e Jaguapitã.

2 — Trata-se de simples autorização legislativa, ficando na dependência do Chefe do Poder Executivo a sua aceitação ou não, razão pela qual não vemos qualquer impedimento para deixar de acolhe-la nesta Comissão.

3 — Assim sendo, somos favoráveis à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de maio de 1973.

(Assinatura Illegível) — Presidente

Wilson Fortes — Relator

(Assinaturas Illegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

SÚMULA: "Projeto de Lei n.º 62-73 — Autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria dos Transportes, proceder o asfaltamento da rodovia que liga a sede do Município de Colorado à Rodovia PR-71, passando pelos Municípios de Nossa Senhora das Graças, Guaraci, e Jaguapitã, e dá outras providências".

P A R E C E R

1 — Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 62-73, de autoria do nobre Deputado Quielise Crisóstomo da Silva, que autoriza o Poder Executivo a proceder o asfaltamento da rodovia que liga a sede do Município de Colorado à rodovia PR-71, passando pelos Municípios de Nossa Senhora das Graças, Guaraci e Jaguapitã, e dá outras providências.

2 — Com a justificativa devidamente articulada, sendo evidente o interesse público em decorrência da importância dos municípios a serem beneficiados e já havendo a douta Comissão de Constituição e Justiça se pronunciado favoravelmente quanto ao aspecto legal e constitucional, não há, no âmbito desta Comissão de Finanças nenhum óbice que possa impedir a aprovação do Projeto de Lei em testilha.

Pela aprovação, é o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 30 de maio de 1973.

(Assinatura Illegível) — Presidente

Deputado João C. Fadel — Relator

(Assinaturas Illegíveis)

Mas lemos nesse artigo, não sei se é brincadeira do autor: "O Brasil vai ter mesmo de importar café. Não há mais como fugir a essa contingência nem se justifica que adotemos a postura do avestruz ocultando a cara para não ver a realidade." Quanto mais tempo perdermos para o equacionamento e adoção das primeiras medidas nesse sentido, mais difícil se tornará o pro-

blema no futuro. E além do mais ainda que a importação possa ferir os "brios" de algum "patriota" provinciano"... sou provinciano, muito obrigado, sou do interior, um homem público do interior, que alertou que isso aconteceria e está acontecendo..." "ou suscitar reações puramente passionais dos cafeicultores nacionais, ela poderá, devidamente conduzida, constituir-se num valioso instrumento de política comercial para o Brasil, ensejando extraordinárias oportunidades de criação de novas correntes de intercâmbio". O artigo é muito bonito. E ainda mais, dizendo que "realmente, embora seja muito cedo para conclusões mais sólidas a respeito, (já que ainda não está totalmente afastada a possibilidade de uma geada neste inverno e até a colheita, a iniciar-se por volta de abril de 1974, ainda poderão sobrevir adversidades climáticas, tais como: secas, chuvas excessivas etc.) e nós temos ainda a ferrugem, o nematoide e tantas outras desgraças que assolam o café.

Vamos mais adiante, vou resumir porque o artigo é muito longo e a mente fantasiosa desse autor é realmente notável necessitando que seja resumido, porque talvez venha a cansar, não só aos Deputados, mas também aqueles que em grande parte são provincianos e interioranos.

Mas, diz aqui: "e os novos plantios que se estão fazendo? Não há dúvida de que eles estão indo além das expectativas". Estão se renovando todos os cafezais mas apesar disso, "essa contribuição não chegará em tempo de evitar a falta de café no Brasil, o mais tardar, em 1975, sendo que já em 1974, com a aproximação do esgotamento das disponibilidades e a necessidade de raspar até o fundo das prateleiras, graves traumatismos poderão criar-se em toda a cadeia de comercialização, interna e externamente. É o caso de ficar de braços cruzados, esperando, para que depois que a porta estiver arrombada correr a colocar-lhe uma tranca? E se, nesse interim, sobrevier uma geada, para completar os efeitos adversos da "ferrugem" sobre a produtividade dos cafezais?"

Achamos que hoje a geada não é tanto problema. Os Srs. Prefeitos e Deputados provincianos que como nós ocorrem essa vasta Região do Norte do Paraná, verificam com que tristeza estão sendo dizimados os cafezais, estão sendo cortados os cafezais, para plantar soja, milho, sorgo, plantar qualquer outro produto em grande escala, menos os cafezais.

Vemos mais adiante: "Do mal tirar o bem. Vamos ter que importar café? Pois nada de lamúrias estêreis, rebuscando culpas do passado. O que se pode fazer no presente, para remediar os erros de outros tempos, está sendo feito." Não adiantaram todos aqueles pronunciamentos que fizemos aqui, lamentando aquela erradicação de 1 bilhão e 370 milhões de pés de café, não adianta mais chorar. "O que se pode fazer no presente para remediar os erros de outros tempos, está sendo feito (daí o citado programa oficial de plantio cuja meta original era de 600 milhões de cafeeiros novos em três anos — meta essa a ser provavelmente ultrapassada)."

Mas vamos ver o planejamento. "O planejamento da política a ser seguida deve considerar em primeiro lugar, que será possível obter no exterior (notadamente na África) cafés de mais baixo preço que o nosso, para suprirem pelo menos parte das necessidades de nossas indústrias de torrefação e solubilização, liberando parcela correspondente de nossas disponibilidades, de maior valor comercial, para a exportação. Com isso — "descobre ele o ovo de Colombo — "o balanço da operação proporcionaria um efetivo ganho líquido de divisas para o Brasil. Basta dizer que, atualmente, nosso café, (tipo 4 estilo Santos) está sendo cotado em Nova York ao redor de 73 centavos de dólar por libra-peso, ao passo que a média dos Rubustas africanos situa-se por volta de 48 centavos".

É um argumento ridículo. Além disso as compras de café pelo Brasil poderão converter-se num eficiente instrumento para o alargamento de nossas relações comerciais com países da África, mas é fácil achar nos Anais da Casa o pronunciamento que fiz afirmando que provavelmente teríamos 30 e tantos milhões de sacas de café. No momento, estamos consumindo pouco e produzindo pouco. Mas, se havia café de sobra porque não trocamos com tratores ou com produtos outros que não temos aqui? No entanto, vamos fazer exatamente o contrário, vamos comprar café africano.

(Lendo): "O café, que da África veio para o Brasil a fim de aqui instalar-se e aqui criar o seu maior parque produtor em todo o mundo, agora de lá viria para abrir-nos a porta de penetração em mercados de razoáveis possibilidades imediatas e grandes perspectivas futuras".

Este é o fecho de um artigo muito bem escrito "literariamente", mas acredito que tenha sido escrito por alguém que, francamente, conhece muito pouco do assunto.

Mas, Sr. Presidente, hoje li um artigo no "Estado de São Paulo, dizendo a respeito de assunto sobre o qual já fizemos um pronunciamento aqui nesta Casa, dizendo que a safra deste ano não chegaria a tres ou tres e meio milhões de sacas, porque as condições climáticas não tem corrido favoravelmente e os cafezais estão inteiramente desfolhados, não estão sendo tratados como deveriam ser porque não há fungicida. Seu preço está exorbitante, está altíssimo e por esta razão não há condições de se fazer qualquer tratamento.

Um dos Diretores da Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá, Sr. Luiz Alfredo, diz o seguinte:

"A safra cafeeira do próximo ano poderá ser inferior a tres milhões de sacas no Paraná, devido às condições atmosféricas anormais de agosto e princípio deste mês, que atingiram a florada de setembro. Se em outubro ocorrerem os mesmos prejuízos, a redução na safra cafeeira de 74 poderá ser ainda mais acentuada".

"A situação é generalizada — explica, esclarecendo que, em alguns locais, a florada é boa, mas, em termos gerais, sua situação é péssima. O técnico afirma também que a florada de outubro está sendo esperada com muita impaciência e poderá ser decisiva para a próxima safra".

"Os problemas do café são muitos; seus prejuízos concentram-se numa só época e o cafeicultor está desesperado".

"O técnico confirma as declarações do Presidente do Sindicato Rural de Cornélio Procopio, Sr. Wilson Gaggio, de que 70 por cento do café colhido não poderão ser exportados devido à alta incidência da broca e outras doenças que vêm debilitando a cultura".

"Falta de Fungicida. A ferrugem continua aumentando de proporção, no Norte do Paraná, agora devido à falta de oxicleto de cobre.

Os cafeicultores já ameaçam cortar o café, diante da grande incidência da moléstia. Em alguns locais, o fungicida não desapareceu, mas restam quantidades muito pequenas. As informações são do Diretor da Cooperativa de Cafeicultores de Maringá, Luiz Alfredo, que anunciou ontem a viagem do Presidente da entidade a Curitiba, para tratar da importação do produto da França. Para comprar oxicleto de cobre no exterior, é preciso hipotecar o capital das Cooperativas, explicou Luiz Alfredo. Se o negócio for feito por intermédio do Banco do Brasil, é usado o penhor mercantil que inclui outras garantias mais o valor do produto importado.

Sr. Presidente, acreditamos que com esta observação, nada mais temos a acrescentar.

O Sr. Muggiati Filho — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Temos acompanhado, Sr. Deputado Olavo Ferreira, a atuação de V.Exa. neste Plenário, principalmente com relação a economia cafeeira e sempre com maior interesse, porque além de estudioso da matéria, V.Exa. lida com o café há muitos anos e conhece o problema na sua base, fundamentalmente. É lamentamos como disse V.Exa. da Tribuna, que as palavras de V.Exa. não tenha tido eco necessário, na oportunidade em que V.Exa. fez a previsão daquilo que hoje está acontecendo. Gostaria de trazer o nosso testemunho à veracidade de todas as afirmações de V.Exa. apenas como uma modesta colaboração ao seu discurso, para ficar bem claro, bem ressaltado este estado aflitivo do lavrador do Norte do Paraná que lida com a lavoura cafeeira, dizer ainda com relação aos fungicidas, que grande parte de nossos agricultores foram vítimas de elementos inescrupulosos que venderam ali falsos fungicidas, materiais de qualidade inferior, levando o dinheiro do agricultor que aplicava este produto químico de combate à ferrugem, sem resultado nenhum. A paisagem do Norte do Paraná realmente, nos dias de hoje é desoladora. E nós temos também conhecimento de que é um número pequeno de lavradores que está conseguindo manter sua lavoura mais ou menos em ordem, em bom estado. Mas assim mesmo, a uma pergunta que eu fiz a um lavrador, se economicamente ele iria sobreviver com as despesas que está tendo para combater a ferrugem, ele não teve resposta nem afirmativa, nem negativa. E quando nós dizemos o que V.Exa. acaba de dizer na tarde de hoje, para ressaltar este problema que não é só do Paraná mas é um problema eminentemente do Brasil, o café é o segundo produto de escala mundial de divisa, e o Brasil ficará sem divisas, porque o combate à ferrugem da maneira como esta sendo feito como bem disse V.Exa., ainda numa lavoura agravada por outras moléstias, redundará no desaparecimento do principal produto da economia brasileira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Obrigado pelo aparte, nobre Deputado Muggiati Filho. Tivemos a oportunidade de estar na semana passada com o Sr. Secretário de Agricultura, quando fizemos um apelo a S.Exa. para tentar um contacto com os órgãos do IBC e do Ministério da Agricultura para se obter os produtos necessários. E que este maquinário todo, este fungicida fosse fornecido pela própria Secretaria e debitado depois aos cafeicultores nos prazos das colheitas a juros praticamente reduzidos. Mas que houvesse por parte da Secretaria, nessas micro-regiões, ataque em massa à ferrugem e ao nematóide; porque na realidade apenas 5% das lavouras do Paraná é que estão sendo combatidas contra a ferrugem e o nematóide; nas demais há um certo desânimo e só um órgão fiscalizador, mais direto, como é a Secretaria de agricultura, que foi o maior produtor, é que teríamos condições de salvar todos estes cafezais antigos, velhos; velhos não, porque não existem cafezais velhos no Paraná, como os de São Paulo, cafés de 150 anos; como os de Minas, de 150 anos, e estão produzindo. E quando a nossa lavoura de 300 milhões de pés de cafés, em 1976, viesse a produzir no Brasil; então haveria condições de manter um equilíbrio e evitaríamos esta importação de café e não teríamos este desânimo na cafeicultura, que além de trazer prejuízos para o próprio agricultor traz prejuízos para o nosso Estado e uma falta insubstituível de divisas para o Brasil. E' mais de um milhão de dólares que deixa de entrar, se se nós tivéssemos de importar café.

O Sr. Lázaro Dumoulin — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Olavo Ferreira, primeiramente quero congratular-me pelo brilhante discurso que V.Exa. proferiu na tarde de hoje. Meu aparte será rápido; apenas acrescento às indagações de V.Exa. quando se refere a esta entrevista, nesta Revista, que se faria uma série de trocas e que nós compraríamos o café e daríamos em troca outros produtos; e perguntaria eu, como ficaria o trabalhador que planta café; porque o café é a maior produção no Brasil; é um dos poucos produtos que faz o homem da lavoura, trabalhar o ano todo; o ano todo ser trabalhador rural.

Portanto, esta desatenção para com o café, esta falta de assistência aos cafezais, vem trazer o aumento gradativo dia a dia das favelas nas maiores cidades. Aliás, antigamente era só nas grandes cidades, como São Paulo, Rio de Janeiro. Hoje, há favelas em cidades do interior, que não se sabe mais se é uma pequena cidade ou se é uma favela grande, de tanta pobreza, tanta miséria, tantos trabalhadores que, sem condição de permanecer na zona rural, vem ganhar a vida de qualquer maneira, lutando pela sobrevivência, por falta de amparo à nossa agricultura. Enquanto nossos Governos, nossos homens de finanças pensarem em agricultura como verbas, como dinheiro gasto, nunca teremos agricultura porque na agricultura nunca se gasta; na agricultura se investe. Obrigado.

O Sr. Antônio Maciel — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Olavo Ferreira, acompanhei com entusiasmo seu pronunciamento. De fato há um drama na cafeicultura, um drama que começou antes da ferrugem e que vem agora se agravando devido a ser uma doença nova que pegou desprevenidos os cafeicultores. Quanto aos dados apresentados por V.Exa., concordo. São corretos: Há desânimo na cafeicultura, mas um desânimo passageiro e lamento que V.Exa. seja tão pessimista na questão da cafeicultura. Estamos assistindo, na cafeicultura, apenas um período de transição, V.Exa. não tenha dúvidas, como já assistimos esta transição em várias culturas permanentes do País, inclusive na laranja.

Acabo de regressar de Brasília e estive em São Paulo ontem, inclusive estive em reuniões em São Paulo com vários exportadores e produtores. São Paulo satisfeito, com uma florada magnífica dos cafezais. Minas Gerais também com os cafezais floridos. Porque têm assistência técnica. O que falta ao Paraná é assistência técnica. Não adianta, em meu ponto de vista, criar micro-regiões para pulverizar os cafezais que não têm condições de produzir. O que precisamos é acordar os cafeicultores para a realidade da assistência técnica no Paraná e V.Exa. verá, sem dúvida alguma, que dentro de quatro ou cinco anos seu pessimismo será transformado em otimismo. O que precisamos é de assistência técnica. Os cafezais estão no momento sem condições; com dez pés por cova é impossível pulverizar. É jogar dinheiro fora. É preciso preparar, reduzir o número de pés para podermos produzir. A próxima safra está perdida, mas sem a ferrugem também estaria, porque os cafezais não têm sido podados, tratados. O que precisamos, como Deputados, é levar a orientação técnica exata. Nossos cafeicultores não estão desanimados; estão ansiosos por uma assistência técnica e vamos aguardar com otimismo que o atual Secretário e nós também tenhamos um ponto de vista único em relação a cafeicultura no Paraná.

O SR. OLAVO FERREIRA — É justamente o que estamos fazendo. Enquanto V.Exa. esteve em Brasília, Minas Gerais e São Paulo, tenho percorrido o Estado do Paraná. Enquanto V.Exa. vê com otimismo a infra-estrutura de outros Estados, estivemos com o Secretário da Agricultura e apresentamos um trabalho, dando a nossa colaboração.

O Sr. Antônio Maciel — Antes de V.Exa. estar com ele, também estive e percorri toda a região cafeeira do Paraná.

O SR. OLAVO FERREIRA — Não sabemos se V.Exa. esteve antes ou depois. Estamos dando uma colaboração, não devemos acabar, da noite para o dia, com 600 milhões de pés de cafés, porque estão velhos. Então, vamos acabar com toda a geração velha. Mas eu acho que os homens de 40, 50 anos estão dando muito para o Brasil. Não estamos dizendo, com isso, que a mocidade daqui não é produtiva. Não. Estamos dizendo apenas que a geração velha também está produzindo. Então, achamos que os cafezais produtivos devem ser cuidados, assistidos, foi isso que dissemos aqui. V.Exa. pode percorrer e verificar aqueles cafezais mais velhos que estão sendo assistidos e que ainda estão produzindo; seis pés estão sendo cortados para quatro, para dois, mas os demais, assistidos, estarão produzindo até que os novos venham substituí-los. Mas, os que não têm uma pulverização compulsória estão morrendo e não podem ser substituídos da noite para o dia. Este ano, conseguimos uma benção de Deus, não geu. Então, vamos usar das rossas técnicas para combater a ferrugem nematóide e outra praga para que se possa ter novas safras compensadoras até que os novos cafezais, plantados em zonas ecológicas permitidas, venham substituir aos velhos. Foi isso que eu disse.

O Sr. Antônio Maciel — V.Exa. acha legal a pulverização compulsória?

O SR. OLAVO FERREIRA — V.Exa. achou legal a erradicação compulsória de 1 mil, trezentos e setenta pés de café?

O Sr. Antônio Maciel — Não foi compulsório, foi paga.

O SR. OLAVO FERREIRA — Foi compulsória porque os agricultores tinham que sobreviver. Esta a grande realidade.

Sr. Presidente, queremos apresentar um Requerimento nos seguintes termos: (Lê):

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de V.Exa. a inserção em Ata de um voto de regozijo ao Senhor Luis Alfredo, Diretor da Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá, pela entrevista concedida ao jornal "O Estado de São Paulo" e que ensejou a publicação de notícia sob o título "Safra de Café no Paraná Está Ameaçada de Sofrer Redução".

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1973.

Obrigado — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho — (Segundo orador inscrito).

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos encaminhar à deliberação da Casa, visto não ter sido possível a sua apresentação durante o Expediente, um Requerimento que, também aborda um problema relativo a nossa agricultura. Esses problemas, a propósito, e para que não fique sem um registro, que gostaríamos de ter feito quando, há poucos instantes, ocupou esta Tribuna o nobre Deputado Olavo Ferreira. Os problemas agrícolas no Paraná, e mesmo os problemas de interesse do País, se arrastam indefinidamente à espera de soluções que não vêm.

Tivemos, há dias, nesta Assembléia, a presença de técnicos no combate ao Cancro Cítrico e a propósito disso pretendemos vir a esta Tribuna tecer considerações sobre o que foi a explanação feita por técnicos, sobre o problema do Cancro Cítrico. Mas, numa palavra, o que se verificou, é que nada se faz de positivo no combate ao Cancro Cítrico no Paraná e que um problema que se arrasta desde 1967, é projetado diante da Assembléia Legislativa como um problema de remota solução.

O problema da ferrugem dos cafeeiros não fugiu à regra. O País parece esquecido de que ao invés de colher divisas, vai ter que pagar divisas para exportação de café. A guisa de exemplo, gostaria de citar um argumento que outro diz, ouvi numa roda, de que o Paraná poderia ficar sem café, porque terá Itaipu para compensar os prejuízos de sua economia.

Infelizmente, argumentos dessa natureza não raro são encontrados para justificar a ausência do governo naquilo em que o Governo deveria estar permanentemente presente.

A ausência de orientação com relação ao combate e ferrugem, tem levado, inclusive, a que os nossos agricultores sejam vítimas, se tornem vítimas de verdadeiro conto do vigário, com relação à venda de fungicidas. O problema foi focalizado, foi exposto de uma maneira escorreita e frustrada pelo eminente Deputado Olavo Ferreira.

Outro problema tivemos oportunidade de focalizar há alguns dias atrás, precisamente em data de 3 de setembro, com relação a semente de soja, cuja distribuição, cujo fornecimento aos nossos agricultores foi suspenso, embora não exista um ato, um decreto governamental determinando a suspensão desse fornecimento, nem os esclarecimentos necessários para que o nosso agricultor possa ser orientado com relação ao problema que existe. Mas o que causava estranheza e sobre esse assunto eu peço encarecidamente a atenção do nobre Líder do Governo nesta Casa, porque sei que além de ser um homem ilustre tem sua atenção voltada para este problema da semente de soja, visto que é um representante do interior em nosso Estado e de regiões produtoras deste produto.

Porém, dizia, causava estranheza, e nós só não fizemos esta alusão em sentido de denúncia por nos faltar condições para apontar um fato concreto, que com a proibição do fornecimento de semente de soja, havia um órgão no Norte do Paraná que, mediante a apresentação de uma carta assinada devidamente, oferecia a quantidade solicitada na carta.

Daí aquele pedido de informações que dirigimos a Café do Paraná. Hoje, trago o fato concreto a esta Casa. Por isto, não irei dirigir o Requerimento nem a Café do Paraná e nem à Secretaria de Agricultura, como foi feito com o primeiro Pedido de Informações aprovado por esta Casa, mas sim dirigirei um apelo ao Governador do Estado porque entendo que um fato grave está se registrando no Município de Arapongas. Sem qualquer interferência de quem quer que seja, os agricultores de Arapongas formularam um pedido de semente de soja no sentido de que fossem fornecidas aproximadamente 5.500 sacas de sementes. A Café do Paraná, embora não atendesse a totalidade do pedido, remeteu para Arapongas 2.600 sacas da semente de soja. Embora a Café do Paraná não atendendo a pretensão da lavoura, que a esta altura já é uma lavoura sacrificada com seus cafezais praticamente devastados pela geada, pela ferrugem e pelo nematóide e que, portanto, precisa produzir outra coisa, foi recebida com alegria pelos agricultores, a notícia do armazenamento de 2.600 sacas.

Entretanto, somente hoje recebi a informação de que a Café do Paraná determinou a retirada do estoque da semente do soja que se encontrava armazenada em Arapongas para mandá-la a lugar ignorado.

Não venho à Tribuna para, em absoluto, cometer qualquer exagero, mas o fato está causando revolta no meio agrícola daquele Município e repercutiu de tal modo em toda a Comuna que o apelo chegou a esta Casa e chega por meu intermédio no sentido de que se não foi possível enviar as 5.500 sacas de semente do soja, a Arapongas, pelo menos que não se retire de lá as 2.600 sacas e que essas sementes sejam fornecidas aos agricultores, porque quem não puder plantar 100 sacas, plantará 50 sacas.

O Sr. Paulo Poli — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, é apenas para fazer uma pergunta. V.Exa. poderia informar se os agricultores de Arapongas pretendem plantar o soja procurando sementes na Café do Paraná? Essas sementes têm sido negadas com o desvio desses estoques?

Tenho a impressão que a Café do Paraná, como não houvesse urgência no fornecimento da semente, enviou esse lote para outra região onde as terras já estão preparadas. Como o nobre Deputado sabe há uma diferença de plantio de uma região para outra. Numas planta-se mais cedo e noutras mais tarde. V.Exa. há de convir, eu estaria perguntando se hoje o agricultor de Arapongas, chegar à Café do Paraná e informar que suas terras estão prontas para o plantio, e solicitar sementes, se ele será atendido. É a pergunta que faço para ver até a que ponto chega a gravidade do problema.

O SR. MUGGIATI FILHO — Conforme o problema, não será atendido. Não só Arapongas, também Cambé e talvez os demais Municípios das regiões circunvizinhas, embora o grande número de agricultores esteja com suas terras prontas para o plantio. Muitos já estão em condições de plantar, posso adiantar a V.Exa. que no próprio Município de Arapongas já existem terras preparadas para o plantio.

O Sr. Paulo Poli — Quer dizer, V.Exa. conhece o agricultor, tem o nome do cidadão que estaria disposto a fazer esta reclamação. Ele procurou sementes e não foi atendido. Estou insistindo neste ponto, porque acho grave esta denúncia que V.Exa. traz à Casa, e se fundamental, não pode ser diferente porque conheço V.Exa., providências têm que ser tomadas.

O SR. MUGGIATI FILHO — A resposta à pergunta de V.Exa. está no Requerimento que vai firmado por este colega de V.Exa.. Porque se estivesse fornecendo semente não teria a informação de que quase a totalidade das sementes, 2.600 sacas de semente, é um detalhe que não consta do Requerimento, segundo me parece, ficaria menos de 100 sacas somente em Arapongas. É um fato que não aponto no Requerimento porque entender ser ridículo reter uma quantidade de 2.600 sacas, de um Município cuja soma atingiria a 100 sacas, reter 100 sacas de sementes. Acredito que eles não vão reservar coisíssima nenhuma. (Lê):

"Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas e na forma disposta pelo Regimento Interno, requer, após ouvida a Casa, seja formulado um apelo ao Excelentíssimo Senhor Engenheiro Emilio Hoffmann Gomes, MD. Governador do Estado, para que se digne determinar sejam tomadas e posta em prática as medidas para que não venha a ser retirado, no todo ou em parte, o estoque de sementes de soja que se encontra no armazem da Café do Paraná em Arapongas.

O referido estoque, insuficiente para atender as necessidades da Região, está na iminência de ser removido para outro local, cujo fato está causando revolta entre os lavradores, que se vêem altamente prejudicados, pois, não há outra maneira de conseguirem aquelas sementes para atender as suas imperiosas necessidades.

Segundo os pedidos dos lavradores já indicados, necessário se fazia que o estoque atingisse 5.000 (cinco mil) sacas, tendo a Café do Paraná enviado ao Armazem de Arapongas apenas 2.600 (duas mil e seiscentas) sacas, fato que por si só gerou sério problema àquela laboriosa classe.

Em face do caso surgido, de real gravidade, é a razão de ser do apelo nesta oportunidade formulado, esperando-se da Chefia do Poder Executivo o imediato cancelamento da ordem de remoção de 2.600 (duas mil e seiscentas) sacas de semente de soja, do local onde se encontra em Arapongas, bem como, o seu fornecimento aos agricultores interessados.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1973.

(a) Muggiati Filho

O Sr. Iris Caldart — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, escutei com muita atenção o pronunciamento do nobre Deputado Olavo Ferreira e agora o de V.Exa., e vi diante de mim, mais uma vez, a afirmação incontestável de que o Estado do Paraná é um Estado eminentemente agrícola e toda a sua economia está assentada na agricultura. Esta agricultura deveria se desenvolver de forma séria, certa, correta, para formar, economicamente este Estado e para que se pudesse amanhã pensar em industrialização. O quadro que nos foi traçado pelo nobre Deputado Olavo Ferreira, com respeito ao café, é negro; com respeito ao trigo, outro grande produto, fator extraordinário no setor de divisas e de alimentação do povo brasileiro, é também um problema muito grave e muito sério. Este setor da agricultura está quase a ser extinto no Estado do Paraná, porque com a frustração do ano passado, com a falta do preço mínimo, caiu muito a produção para este ano. A lavoura de trigo, do Estado do Paraná, se continuar desta forma, vai acabar.

No setor do soja, V.Exa. está reclamando a existência de 2.600 sacas de sementes, no Município de Arapongas; é que não está sendo distribuído. No Estado do Paraná, a Região que mais produz soja, cujo índice de produtividade é maior de todo o Estado do Paraná, não estamos a tratar deste problema, porque não foi um saco de sementes para lá. Demais, a prever a atual situação no Estado do Paraná, é que teremos grandes problemas com o soja porque não há condições de armazenamento e não há condições de escoamento da safra próxima futura; que só na área do projeto Iguaçu se prevê uma colheita da ordem de 16 a 18 milhões de sacas de soja. Não vai ter condições de escoamento, de armazenamento desse produto. Ora, isto sem falar do problema das frutas cítricas que há 10, 15 anos estamos esperando a erradicação, a reformulação da política da fruta cítrica. Sem falar do problema do milho, com o truste em cima dele a ditar preços. Veja V. Exa., um Estado eminentemente agrícola, não tem outra atividade econômica; todos os seus produtos estão jogados, estão relegados. Esta situação de falta de amparo, de assistência, de incentivo, de falta de uma política estruturada para que efetivamente o Estado possa ser visto e chamado como o Estado produtor, para assentar sua base econômica.

Comissão de Obras, Transportes e Comunicações PARECER AO PROJETO DE LEI N. 62-73

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo a proceder a ligação asfáltica entre a sede do Município de Colorado e a Rodovia PR-71.

I — Referido Projeto já recebeu parecer favorável nas comissões de Justiça e Finanças.

II — Como se trata de simples autorização legislativa, nada impede que o Poder Executivo acolha o Projeto, incluindo posteriormente o trecho mencionado no Plano de Obras do Estado, tem-se em vista a conveniência do asfaltamento da Rodovia objeto deste Plano de Lei.

Nosso parecer é favorável à aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 12.06.73.

BORSARI NETTO — Presidente

as. ilegível — Relator

Diversas as. ilegíveis

1.a Discussão do Projeto de Lei n.º 91-73 de autoria do Dep. Candido M.M. de Oliveira, que declara de Utilidade Pública a "Congregação Mariana de Jovens da Catedral" cvom sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 91-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade pública, a "Congregação Mariana de Jovens da Catedral", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de maio de 1973.

Cândido Manuel Martins de Oliveira

JUSTIFICAÇÃO:

A Congregação Mariana de Jovens da Catedral, também conhecida por Congregação Mariana da Catedral, foi fundada em 8 de dezembro de 1914, acha-se registrada no Registro Geral de Títulos e Documentos da Comarca de Curitiba sob n.º 298, do Livro A-2, de pessoas jurídicas, em 11 de junho de 1957.

A Congregação, é uma entidade sem fins lucrativos, filantrópica, de educação e de assistência social tendo como meta principal: promover manter e auxiliar a) — semanas de estudos, cursos diversos para formação integral dos membros efetivos, na formação religiosa, conferências seminários; encontros e palestras; b) — obras de assistência social, tais como erradicação de favé-las auxílio em espécie e indigentes e familiares distribuído-lhes agasalhos e alimentos, efetuar visitas a hospitais, penitenciárias e leprosários, levando aos internos o conforto espiritual.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER

AO PROJETO DE LEI N. 91-73

1 — Visa o presente plano de lei de autoria do ilustre Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira, declarar de utilidade pública a "Congregação Mariana de Jovens da Catedral", com sede e foro na cidade de Curitiba.

2 — Referido projeto preenche os requisitos da legislação que regulamenta a matéria, ou seja: a) O que está em efetivo funcionamento e serve desinteressadamente à coletividade; b) que está devidamente registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas e; c) que os cargos de sua diretoria não são remunerados.

3 — Dadas as considerações expostas, não vemos qualquer impedimento tanto de ordem legal ou constitucional, razão pela qual nosso parecer é favorável a sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de junho de 1973.

as. ilegível — Presidente

IVO THOMAZONI — Relator

Diversas as. ilegíveis

Comissão de Finanças

PARECER

AO PROJETO DE LEI N. 91-73

1 — O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Cândido Manuel Martins de Oliveira, visa declarar de utilidade pública a "Congregação Mariana de Jovens da Catedral", com sede e foro na cidade de Curitiba.

2 — Referida matéria já mereceu da douta Comissão de Constituição e Justiça parecer favorável.

3 — Quanto ao aspecto financeiro que cabe examinarmos nesta oportunidade, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é pela Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

as. ilegível — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

Diversas as. ilegíveis

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 124-73, de autoria do Dep. Fabiano B. Cortes, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Colombo os implementos agrícolas que especifica pertencentes a Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA Aprovado.

PROJETO DE LEI N. 124-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Colombo implementos agrícolas que especifica.

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Colombo, os implementos agrícolas a seguir relacionados, pertencentes à Secretaria de Agricultura:

1 — Lote 46 — Trator D-8 — Caterpillar

2 — Lote 47 — Trator D-7 — Caterpillar

3 — Lote 48 — Trator D-4 — Caterpillar

4 — Lote 49 — Trator D-4 — Caterpillar

5 — Lote 51 — Trator D-4 — Caterpillar

6 — Lote 52 — Trator D-4 — Caterpillar

7 — Lote 42 — Esteiras p/ Trator Caterpillar

8 — Lote 50 — U. Laminas e Escarificador p/ Trator Caterpillar

9 — Lote 2 — Trator John Deere P/ Agricultura C/implementos. (Arados e Grades).

10 — Lote 3 — Trator John Deere P/Agricultura C/implementos (Arados e Grades).

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 6 de junho de 1973.

Dep. Fabiano Braga Cortes

JUSTIFICATIVA:

Os tratores, que com esta proposição se pretende doar à Prefeitura de Colombo, estão em precário estado de conservação e não têm mais serventia para o Secretário de Agricultura. No entanto, para o Município de Colombo, após vários reparos nas referidas máquinas eles serão de grande utilidade.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER

AO PROJETO DE LEI N. 124-73

1 — O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Fabiano Braga Cortes, visa autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Colombo, os implementos agrícolas, pertencentes à Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura a seguir enumerados:

1 — Lote 46 — Trator D-8 — Caterpillar;

2 — Lote 47 — Trator D-7 — Caterpillar;

3 — Lote 48 — Trator D-4 — Caterpillar;

4 — Lote 49 — Trator D-4 — Caterpillar;

5 — Lote 51 — Trator D-4 — Caterpillar;

6 — Lote 52 — Trator D-4 — Caterpillar;

7 — Lote 42 — Esteiras para trator Caterpillar;

8 — Lote 50 — Laminas e escarificador para trator Caterpillar;

9 — Lote 02 — Trator John Deere com implementos (arados e grades) e;

10 — Lote 03 — Trator John Deere com implementos (arados e grades).

2 — Em se tratando de simples autorização legislativa, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor quanto aos aspectos legal ou constitucional, razão pela qual nosso parecer é pela Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1973.

as. ilegível — Presidente

IGO IWANT LOSSO — Relator

Diversas as. ilegíveis

Comissão de Finanças

PARECER AO PROJETO DE LEI N. 124-73

AUTOR: Dep. Fabiano Braga Cortes

De autoria do ilustre deputado Fabiano Braga Cortes, o presente Projeto de Lei autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Colombo vários implementos agrícolas, que especifica.

Do ponto de vista financeiro, que nos cabe examinar nesta Comissão, entendemos que a matéria está em condições de ser aprovada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1973.

as. ilegível — Presidente

Dep. GILBERTO CARVALHO — Relator

Diversas as. ilegíveis

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 183-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 74-73, encaminhando anteprojeto de Lei visando majorar para 3 (três) salários mínimos fixados para a Capital do Estado, o valor das pensões mensais de que tratam as leis n.ºs 4.763 de 5.11.63 e 54-63 de 22.11.63 e artigo 2.º da Lei n.º 5.155 de 16.6.65. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. com EMENDA — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM 74-73

Curitiba, 17 de agosto de 1973.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa majorar, para o equivalente a 3 (três) salários mínimos fixados para a Capital do Estado o valor das pensões mensais de que tratam as leis n.ºs 4.763, de 5 de novembro de 1963 e 54-63, de 22 de novembro do mesmo ano e art. 2.º, da Lei n.º 5.155 de 16 de junho de 1965.

O Plano de Lei ora submetido à essa Augusta Casa é altamente significativo e consulta plenamente aos superiores interesses da Administração, eis que, consubstanciando o resultado de estudos feitos sobre a matéria, visa atualizar de forma justa e racional o valor das pensões concedidas com base nas referidas leis, a viúvas de ex-Deputados Estaduais ou de ex-Presidentes, Interventores ou Governadores do Paraná, pensões essas que, de longa data, estão com seus valores inalterados razão pela qual não vêm proporcionando às pensionistas o benefício almejado.

A fixação do valor das pensões sob a forma de vinculação ao salário mínimo, constitui-se fator que merece ser devidamente ressaltado, pois doravante os reajustamentos serão efetivados automaticamente e portanto não mais dependerão de lei estadual específica.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) — EMÍLIO GOMES — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. O valor das atuais pensões de que tratam as leis n.ºs 4.763, de 5 de novembro de 1963 e 54-63, de 22 de novembro do mesmo ano, fica elevado para o equivalente a três salários mínimos fixados para a Capital do Estado.

Art. 2.º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta das verbas próprias consignadas no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER

PROJETO DE LEI N. 183-73

O Poder Executivo, através da Mensagem n.º 74-73, de 17 do corrente, submete à apreciação deste Poder anteprojeto de lei que visa elevar os valores das pensões de que tratam as leis n.ºs 4.763 de 5 de novembro de 1963 e 54-63, de 22 de novembro do mesmo ano, para a importância equivalente a três salários-mínimos estabelecidos para a Capital.

Portanto, o projeto tem a finalidade de atualizar o valor do benefício, a fim de que possa alcançar o objetivo almejado, ou seja conferir as pensio-

nistas — viúvas de ex-deputados de ex-Presidentes, Interventores ou Governadores do Estado do Paraná, meios financeiros com que suprir seus orçamentos domésticos. É de se ressaltar, ainda que a vinculação ao salário mínimo torna o valor dessas pensões solidário com as variações dos índices salariais, frequentemente revistos pelo Governo Federal, garantindo, assim a correção de sua capacidade de compra.

A matéria é da competência do Poder Executivo segundo o estabelecido na Constituição e a proposição é pertinente. Em consequência, merece acolhida.

Todavia, uma alteração se impõe, no art. 1.º. no sentido de dar à lei uma amplitude maior como exigência da própria entidade.

Trata-se de entender esse benefício também as futuras pensões, nessa categoria, porquanto a permanecer a redação original o reajustamento de valor abrangeria apenas as atuais isto é as já concedidas.

Dessa forma, com a emenda anexa concretizando a alteração indicada, opino pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, 29 de agosto de 1973.

as. ilegível — Presidente

OVÍDIO FRANZONI — Relator

Diversas as. ilegíveis

Comissão de Constituição e Justiça

PROJETO DE LEI N. 183-73

EMENDA

I — Suprima-se, no art. 1.º, a expressão "atuais".

Sala das Comissões, 29 de agosto de 1973.

as. ilegível — Presidente

OVÍDIO FRANZONI — Relator

PARECER

Comissão de Finanças

SUMULA: "Projeto de Lei n.º 183-73 que eleva o valor das pensões de que tratam as Leis n.ºs 4.763, de 5 de novembro de 1963; e 54-63, de 22 de novembro do mesmo ano, para o equivalente a três salários mínimos fixados para a Capital do Estado e dá outras providências. MENSAGEM GOVERNAMENTAL N.º 74-73 de 17 de agosto de 1973.

Com EMENDA SUPRESSIVA da Comissão de Constituição e Justiça".

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 183-73, que eleva o valor das pensões de que tratam as Leis n.ºs 4.763, de 05-11-63; e 54-63, de 22.11.63, para o equivalente a três salários mínimos fixados para a Capital do Estado e dá outras providências, originado de Mensagem Governamental n.º 74-73, de 17 de agosto de 1973.

2. Pronunciando-se pela constitucionalidade e legalidade da matéria em R. Parecer de fls. a douda Comissão de Constituição e Justiça entendeu oportuno oferecer emenda supressiva, que melhor adequou o Projeto de Lei em testilha as suas finalidades, que são justas e relevantes, pelo que esta Comissão de Finanças considerando serem naturais as implicações de ordem financeira decorrente de tal iniciativa, não vê como deixar de emitir parecer favorável à mesma, com a Emenda.

Pela Aprovação, é o Parecer s.m.j.

Sala das Comissões, 04 de 09 de 1973.

as. ilegível — Presidente

Deputado João C. Fadel — Relator

Diversas as. ilegíveis

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do sr. Deputado Antonio Costa, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Salvador Belotti. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Friet constante do Expediente, solicitando seja encaminhado convite ao Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para proferir palestra nesta Casa, a respeito das atividades do órgão em Sessão especialmente destinada para este fim e em data a ser convenienciada pelo convidado. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho lido da Tribuna solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, para que se digno determinar sejam tomadas e postas em prática as medidas para que não venha a ser retirado, no todo ou em parte, o estoque de sementes de soja que se encontra no armazém da Café do Paraná, em Arapongas. — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente parece-me que nós já temos as informações para prestar ao Nobre Deputado Muggiati Filho, aquelas solicitadas no Requerimento que dirige ao Sr. Governador do Estado.

Muito embora, a liderança não se oponha à aprovação do Requerimento, deseja prestar as seguintes informações:

A Café do Paraná havia contratado junto aos Senhores produtores, uma quantidade de 180 mil sacas de sementes para a venda.

Ocorre, Sr. Presidente que com o aumento do soja na última safra, os agricultores dispuseram de uma bonificação da ordem de 15% oferecida pela Café do Paraná, aqueles que dessem preferência à Café, quando da venda de sementes de primeira qualidade. Ocorre que a Café do Paraná, não podendo adquirir as 180 mil sacas contratadas acabou por restringir o seu estoque em 42 mil sacas. E observamos 18 mil sacas, mesmo do que dispunha a Café do Paraná para a venda no ano passado. Isto, sr. Presidente é srs. Deputados, determinou providências da Café do Paraná, no sentido de que procurasse atender em cerca de 70% no volume de sementes a todos os agricultores que nos anos anteriores adquiriram também sementes daquela sociedade de economia. Verificamos, Sr. Presidente, que a informação a ser prestada por S. Exa. o Sr. Deputado Muggiati Filho, no tocante ao armazenamento de 2.600 sacas do produto em Arapongas, e a informação de que a Café do Paraná estaria retendo também daquele Município 2.500 sacas. Ela tem procedência. Todavia se explica portanto, em Arapongas, é armazenada toda a semente que visa atender também à região de Cambé e outros Municípios do norte do Paraná. Uma informação talvez a que mais interesse ao Sr. Deputado subscritor do presente Requerimento, é aquela que os usuais adquirentes de sementes da Café do Paraná terão garantida uma entrega de sementes da ordem de 70% da quantidade entregue no ano passado pela Café do Paraná.

Sabe-se também que a Café do Paraná tem procurado outros mercados para adquirir maior quantidade de sementes. Não tem sido bem sucedida porque o Rio Grande do Sul, maior fornecedor de sementes, também está com um problema de falta de sementes para atender a demanda interna. O mesmo ocorre com o Estado de Santa Catarina.

Não sei se nós teremos a curto prazo, solução para este problema que vem se agravando. Também existir no ano passado; se nós não estimularmos a iniciativa privada, para que ela parta para a implantação de campos de multiplicação de sementes, nós teremos o problema em 73 e será comprometido em 74, quero crer com gravidade cada vez maior.

A liderança do Governo vota pela aprovação do Requerimento porque além de trazer uma informação, traz também um sentido de alertar S. Exa. o Governador do Estado, para possível incentivo da área Governamental à iniciativa privada. E não será necessário repisar aqui que os srs. agricultores ou mesmo os grangeiros que pretendem reconhecimento por parte do Ministério da Agricultura de seus campos de experimentação, embora com dificuldade de toda a ordem, porque as exigências são enormes quanto à contratação de técnicos, com a área a ser cultivada, com a tradição de uma semente a ser produzida e uma série de fatores que infelizmente, dificultam a que a iniciativa privada aplique recursos na área da multiplicação de sementes para revender ao próprio poder público se for o caso.

Sr. Presidente, era a informação que me cabia dar hoje, para a tranquilidade já do subscritor do Requerimento e espero poder trazer informações maiores, noutra oportunidade. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está em votação o requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Ouvimos com a máxima atenção as palavras do eminente líder do Governo nesta Casa, Deputado Ivo Thomazoni. Sabemos que não havíamos pregado no deserto, quando nos dirigimos a S. Exa. que com sua costureira fidalguia e operosidade trouxe a esta Casa informações valiosas, referentes ao problema abordado no Requerimento.

Vemos que mesmo S. Exa. reconhece a existência desse problema que, cuja solução, se para nós não é fácil, muito menos para os lavradores pessoas diretamente interessadas que a essa altura procuram um produto com o qual possam se suprir na safra vindoura. Apenas gostaríamos de acrescentar e também em relação ao fato de ter o Deputado Ivo Thomazoni feito uma referência à Cambé; de que, segundo informações em nosso poder, os armazéns da Café do Paraná de Cambé, também contam com estoques de sementes de soja. Nestas condições Sr. Presidente, nós manteremos o nosso Requerimento porque o apelo encerra realmente um pedido efetivo da lavoura do Município que temos a honra de representar neste Poder e que se estende por igual por todos os maiores Municípios da região. E como vimos é um problema que interessa a toda a agricultura do Estado do Paraná diretamente aos nossos agricultores.

Mais uma vez deixamos registrado o penhor do nosso reconhecimento e a nossa admiração, pela maneira com que se conduz nesta Casa o eminente líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Requerimento. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, lido da Tribuna, solicitando voto de louvor e regozijo ao Sr. Luiz Alfredo, Diretor da Cooperativa dos Cafeicultores de Maringá, pela entrevista concedida ao jornal "O Estado de São Paulo" e que ensejou a publicação de notícia sob o título "Safra de Café do Paraná está ameaçada de sofrer redução". — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart constante do Expediente solicitando seja encaminhado apelo ao sr. Secretário do Interior e Justiça, no sentido de que volte suas atenções, a fim de seja construída uma Penitenciária no Município de Cascavel. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo à Sanepar, no sentido de que sejam tomadas providências urgentes, à fim de regularizar o fornecimento de água aos usuários de Cascavel ou sendo impossível, se devolva ao Município a condição e possibilidade de fazê-lo. — Em discussão.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão para a Sessão de amanhã, na forma do art. 150, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 20 quinta-feira à Hora Regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Redação Final — dos Projetos de Lei n.os 43-71; 13-73; 44-73 e 64-73.

3.a Discussão — dos Projetos de Resolução n.os 28-73; 33-73 e 42-73 e dos Projetos de Lei n.os 89-72; 147-72; 186-72; 78-73; 106-73 e 127-73.

2.a Discussão — dos Projetos de Lei n.os 212-72; 43-73; 62-73; 91-73; 124-73 e 183-73.

1.a Discussão — dos Projetos de Lei n.os 45-73; 94-73 e 125-73.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 2.a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala de Reunião da Divisão das Comissões, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se extraordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça, de acordo com convocação feita pelo Senhor Presidente, no dia três do corrente. Presentes os Senhores Deputados Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, Presidente, Quilse Crisóstomo da Silva, Wilson Fortes, Sebastião Rodrigues Júnior, Nelson Buffara, Gilberto Carvalho, Basílio Zannuso e Marciano Baraniuk, sendo os três últimos Deputados suplentes e comparecendo à reunião conforme convocação feita pelo Senhor Presidente desta Comissão. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N.º 151-73, de autoria do Senhor Deputado João Calil Fadel. Autoriza o Poder Executivo transferir para o Sistema Estadual de Ensino, o Ginásio Municipal Rui Barbosa, da cidade de Arapoti. Relator o Senhor Deputado Quilse Crisóstomo da Silva. Parecer favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N.º 157-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 69-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva elevar os vencimentos dos cargos efetivos e em comissão e as funções gratificadas dos Quadros do Pessoal Civil dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e ainda, os do Tribunal de Contas e dos integrantes da Polícia Militar do Estado. Relator o Senhor Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável com emenda substitutiva, emendas de autoria dos Senhores Deputados Erondy Silvério e Nelson Buffara. Aprovados. 3) — PROJETO DE LEI N.º 165-73, de autoria do Senhor Deputado João Leopoldo Jacomel. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de São José dos Pinhais, um trator marca Caterpillar, modelo 04-40 A, Série 1642, pertencente à Secretaria de Agricultura. Relator o Senhor Deputado Quilse Crisóstomo da Silva. Parecer favorável. Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N.º 172-73, de autoria do Senhor Deputado Fuade Nacli. Autoriza o Poder Executivo doar à Fundepar o imóvel que especifica, situado no Distrito de Braganey, Município de Corbélia. Relator Deputado Ivo Thomazoni. Parecer favorável com substitutivo. Aprovado. 5) — PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 33-73, de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho. Transfere ao Departamento Legislativo a Seção de Autografia e suprime o item VII, do artigo 28 do Regimento Interno. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável com emenda. Mensagem n.º 53-73, encaminhando cópia do termo aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Instituto Brasileiro do Café, para implantação do Instituto Agrônomico do Paraná. Relator Deputado Quilse Crisóstomo da Silva. Parecer favorável com Projeto de Resolução. Aprovado. Foram apresentados, votados e aprovados, os relatórios apostos às PROPOSIÇÕES N.ºs. 175-73, 211-73, 215-73, todos concluindo que os VETOS estão em condições de serem apreciados pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada por todos os membros desta Comissão, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

aa) Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa Filho — Presidente
Rita Celestino Soares — Secretária